

PLANO PLURIANUAL 2008 - 2011



**DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO
PELO DIREITO E PELA RENDA**





GOVERNO DE SERGIPE

PLANO PLURIANUAL 2008-2011

Mensagem do Governador

Sergipe
2007



GOVERNO DE SERGIPE

**GOVERNADOR DO ESTADO
MARCELO DÉDA CHAGAS**

**VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
BELIVALDO CHAGAS SILVA**

Secretário de Estado de Governo
CLÓVIS BARBOSA DE MELO

Secretário de Estado – Chefe da Casa Civil
JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR

Secretário de Estado da Administração
JORGE ALBERTO TELES PRADO

Secretário de Estado da Fazenda
NILSON NASCIMENTO LIMA

Secretária de Estado do Planejamento
MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN

Secretário de Estado da Segurança Pública
KÉRCIO SILVA PINTO

Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania
BENEDITO DE FIGUEIREDO

Secretário de Estado da Educação
JOSÉ FERNANDES DE LIMA

Secretário de Estado da Cultura
LUIZ ALBERTO DOS SANTOS

Secretário de Estado da Saúde
ROGÉRIO CARVALHO SANTOS

Secretário de Estado da Agricultura
e do Desenvolvimento Agrário
PAULO CARVALHO VIANA

Secretário de Estado da Infra-Estrutura
OSVALDO ALVES DO NASCIMENTO FILHO

Secretário de Estado dos Transportes
e da Integração Metropolitana
JOÃO BOSCO DE MENDONÇA

Secretário de Estado do Desenvolvimento
Econômico e da Ciência e Tecnologia
JORGE SANTANA DE OLIVEIRA

Secretária de Estado da Inclusão, Assistência
e do Desenvolvimento Social
ANA LÚCIA VIEIRA MENEZES

Secretário de Estado do Trabalho, da Juventude
e da Promoção da Igualdade Social
JOSÉ RENATO VIEIRA BRANDÃO

Secretário de Estado do Meio Ambiente
e dos Recursos Hídricos
MÁRCIO COSTA MACÊDO

Secretário de Estado do Turismo
JOÃO AUGUSTO GAMA DA SILVA

Secretário de Estado do Esporte e do Lazer
JOSÉ LEÓ DE CARVALHO FILHO

Secretária de Estado da Comunicação Social
ELOÍSA DA SILVA GALDINO

Secretário de Estado das Cidades
e da Integração Municipal
JOÃO BOSCO DA COSTA

Secretário Especial da Articulação Política
e das Relações Institucionais
JORGE ARAUJO

Procurador Geral do Estado
MÁRCIO LEITE DE REZENDE

Defensor Público – Geral do Estado
ELBER BATALHA DE GOES

Secretário–Chefe da Controladoria Geral do Estado
ADINELSON ALVES DA SILVA

Secretário–Chefe do Escritório de Representação
do Estado de Sergipe em Brasília-DF
PEDRO MARCOS LOPES

Chefe do Gabinete Militar do Estado
**TEM. CEL. QOPM CARLOS AUGUSTO DE LIMA
BISPO**

Mensagem do Governador de Sergipe

Mensagem do Governador

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe. Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Digníssimos Senhores Deputados.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, o Projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual 2008-2011, cumprindo o que determina o §1º do Art.150, combinado com o inciso I (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 06, de 26 de agosto de 1991), do Art.19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual.

Antes de falarmos, particularmente, sobre o PPA 2008-2011, torna-se mister, que nos reportemos sobre a trajetória e suas diversas etapas, que tivemos de vencer para que chegássemos ao tão decantado instrumento de planejamento de médio prazo, que é o nosso conhecido PPA.

O nosso Governo, com a histórica missão de mudar todo um contexto de gestão pública, pretende inovar conceitos, alterar sensivelmente a cultura administrativa, os paradigmas gerenciais e as prioridades, de modo a atender, da melhor forma possível, as demandas econômicas e sociais de nosso Estado.

Em um primeiro momento, concebeu-se como ferramenta básica o Planejamento Estratégico da Administração, partindo-se para a sua elaboração com a participação ativa das Secretarias de Estado, Órgãos e Entidades da Administração Indireta.

Inicialmente, foram definidos de forma participativa, os Valores, A Missão e a Visão de Futuro. Em seguida, essa constelação de Órgãos e Entidades trabalharam na definição de diretrizes, programas e respectivos objetivos e linhas de ação, com foco na Missão e Visão de Futuro estabelecidas. A Secretaria de Estado do Planejamento-SEPLAN, com base nas propostas encaminhadas pelas diversas áreas, desenvolveu o trabalho de validação e consolidação, culminando na elaboração do Plano Estratégico de Governo para o período 2007-2010.

Nesse sentido, o Plano Estratégico da Administração da Administração é um importante instrumento de gestão, na medida em que estabelece os parâmetros que vão direcionar toda a equipe e facultar aos líderes e gestores a possibilidade de controle e de obtenção de informações essenciais para a tomada de decisão, com ética e transparência, possibilitando os ajustes e mudanças de rumo no decorrer do período. Este Plano representa o limiar de um processo que está em curso, fundamental para a organização da máquina pública estadual e, juntamente, com o Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo - PDTP permitirão a Sergipe formular um novo modelo de desenvolvimento voltado para a redução da exclusão social e das desigualdades sociais e regionais.

O Estado de Sergipe se ressentido de uma forte desigualdade regional, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista social, atestada pelos indicadores disponíveis, que acusam uma elevada concentração de renda e da atividade econômica no Território da Grande Aracaju, em detrimento dos demais Territórios.

Não obstante as diversas políticas desenvolvidas ao longo dos últimos anos, estas não foram capazes de reduzir as desigualdades territoriais. Daí, a premente necessidade de se implantar e implementar o planejamento territorial

como forma de se corrigir as distorções produzidas pelo sistema de mercado e pela maneira de se administrar os incentivos econômicos, que, hodiernamente, estão ficando cada vez mais escassos.

Não se imagina de forma alguma, de fazer parar ou mesmo reduzir o processo de crescimento vigente em determinadas áreas, mas de se imprimir certo dinamismo às áreas deprimidas, visando ampliar consideravelmente suas oportunidades econômicas, de modo que, em curto espaço de tempo, as diferenças entre os indicadores econômico-sociais das diversas regiões do Estado sejam as menores possíveis.

A estratégia de desenvolvimento territorial constitui uma prioridade deste Governo. A nova divisão do mapa estadual com base nos Territórios de identidade, definidos a partir de uma ampla consulta e participação das organizações da sociedade civil organizada, que foi adotado no planejamento do atual Governo, possibilitará uma maior legitimidade na gestão da política de desenvolvimento regional. O padrão de organização desta política e seu respectivo modelo de gestão estão sendo discutidos e formatados pelos representantes dos Territórios e das instituições públicas.

Uma vez consagrada a nova territorialização, elaborada a partir da participação democrática da sociedade e do engajamento de toda a Administração Pública Estadual, torna-se mais fácil avançar na construção de uma efetiva política de desenvolvimento regional, capaz de articular os diferentes espaços estaduais e de promover o desenvolvimento dos diferentes Territórios, reduzindo as desigualdades a partir de mecanismos de indução econômica, contemplando melhorias nos níveis de saúde, educação, segurança pública e na geração de oportunidades de trabalho e renda.

A opção pelos Territórios de identidade como modelo de espacialização decorre do fato deles possuírem o ativo mais valioso em qualquer processo de desenvolvimento regional, que é a coesão social, que contribuirá para a obtenção de níveis mais elevados de confiança interpessoal e interinstitucional, originários do próprio processo de construção da unidade territorial.

Assim, sendo o povo de Sergipe e sua cultura nosso mais valioso patrimônio, é com satisfação que informo aos novos parlamentares que a proposta de investimentos públicos contida nesse PPA reflete a soberana vontade do povo, manifestada durante as audiências públicas realizadas, e nosso comprometimento com o desenvolvimento sustentável e sustentado de Sergipe. Além disso, os recursos necessários ao pleno exercício dos demais poderes constituídos estão assegurados, inaugurando uma nova era de cooperação responsável, uma vez que todos estão conscientes da necessidade de promover e manter a regularização fiscal do nosso Estado, a fim de que os recursos fundamentais para a realização desse PPA e dos sonhos dos sergipanos passem necessariamente pelo acesso às linhas de crédito e transferências voluntárias do governo federal, com o qual reafirmamos, oportunamente, nossa afinidade programática e estratégica.

Aracaju, 28 de setembro de 2007

1. O Cenário Macroeconômico Brasileiro

Para o ano de 2007, as estimativas de crescimento do PIB apresentam revisões sistemáticas de taxas mais elevadas, superando inclusive a perspectiva de 4,7% utilizada no orçamento. Nesse sentido o governo federal têm adotado uma projeção da taxa de crescimento real do PIB de 5% ao ano para o período 2008-2011. Mesmo podendo oscilar, essa taxa representa a maior média de variação em quatro anos desde 1987, possibilitando uma elevação de 21,6% do produto no período.

No setor externo, as exportações deverão continuar sua trajetória de crescimento mas, dada a expectativa de crescimento da demanda interna, também se espera aumentos nas importações gerando redução do superávit comercial. Nada que venha a comprometer as boas condições apresentadas neste setor, garantindo ainda um volume adequado de reservas internacionais para o país.

Pelo lado da demanda, espera-se que o consumo das famílias mantenha-se em crescimento médio de 5,3% durante todo o período do PPA. Esse consumo será o resultado do aumento dos empregos e dos salários reais bem como da formalização de muitos postos de trabalho que atualmente se encontram na informalidade. Vale registrar também a continuidade do aumento do crédito para o consumo de bens duráveis e de serviços. A melhor distribuição de renda, no entanto, virá da continuidade dos programas de transferência do Governo Federal e do aumento do salário mínimo cujo ganhos incorporam a inflação passada permitindo manutenção do poder de compra da sociedade brasileira.

No médio prazo, o crescimento do mercado interno propiciará um círculo virtuoso entre salários e lucros, de um lado, e investimento e consumo de outro, o que irá gerar um aumento da produtividade e da lucratividade das firmas brasileiras induzindo, desse modo, o aumento continuado do investimento.

Pelo lado da oferta, a evolução da economia brasileira se refletirá na recuperação e estabilidade da taxa de crescimento da agropecuária, na expansão da indústria e das taxas de serviços próximos da taxa de crescimento do PIB.

Os ganhos de produtividades decorrentes da capitalização da agropecuária e o quadro favorável de estabilização dos preços internacionais no médio prazo permitirão um crescimento médio desse setor em torno de 5% ao ano, gerando uma taxa de crescimento próximo de 20% durante todo o período. No setor industrial deve-se observar a expansão da indústria de bens de capital, para atendimento ao crescimento dos investimentos, e da indústria de bens duráveis para suprir as necessidades daqueles consumidores que se inserem no mercado. Além disso, o mercado de construção civil deve sofrer um impacto favorável dado pelo aumento dos investimentos em infra-estrutura e e da expansão do mercado imobiliário. Finalmente, a indústria extrativa, particularmente do setor de petróleo e gás, deverá manter seu ritmo de crescimento em função, principalmente, dos investimentos que serão realizados para a expansão desse setor. Esses fatores irão gerar um crescimento acumulado de 22,6% da indústria brasileira no período, refletindo o aumento das taxas de investimento e de consumo da economia brasileira.

A projeção de aumento de renda e do consumo das famílias brasileiras refletirá num aumento do consumo doméstico de serviços como transporte e comunicações. Aqueles investimentos sociais do governo federão também estimularão o comércio local de várias regiões do país, gerando uma

perspectiva de crescimento do setor em cerca de 21% para o período.

O setor público também atuará como grande incentivador do crescimento econômico. A estratégia para este setor está consolidada no PAC e visa compatibilizar três fatores fundamentais para a sustentabilidade desse ciclo: ampliação do investimento social em infra-estrutura, redução gradual da relação dívida/PIB e desoneração seletiva da atividade produtiva e dos investimentos.

A base para esses fatores sustentam-se na meta de superávit primário anual, estabelecido em 3,8% do PIB para o setor público durante os anos 2008-2011, no respeito às regras de variação dos gastos com pessoal em cada um dos três poderes e na política de valorização do salário mínimo que mantém o poder de compra do Estado.

A aceleração do crescimento proporcionada pelo aumento dos investimentos, juntamente com a redução da taxa básica de juros projetada para os próximos anos, possibilitará diminuir a relação dívida/PIB para pouco menos de 40% até o fim do período do PPA. O déficit nominal do setor público também continuará sua trajetória de queda até que seja zerado.

Isso é, portanto, o que se espera da economia brasileira para os próximos anos. Aumento gradativo e sustentável do consumo das famílias, pelo lado da demanda, e aumento dos investimentos produtivos, permitindo a expansão da oferta de bens e serviços com repercussão direta sobre a melhoria das condições de vida da população brasileira.

2. O Contexto de Sergipe – As condições e perspectivas sócio econômicas do Estado

As ações do governo federal no período 2003-2006 demonstraram compromisso com uma agenda de desenvolvimento que estabiliza a economia, enfrenta a exclusão e a pobreza, reorienta econômica e socialmente o território, fortalece a democracia, a cidadania e o respeito aos direitos humanos e garante ao Brasil um lugar soberano e solidário no mundo.

As políticas implementadas nesse período lançaram os alicerces de um desenvolvimento sustentável que permitirá ao Brasil ingressar em um círculo virtuoso capaz de combinar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e respeito ao meio ambiente.

O Estado de Sergipe busca acompanhar esse momento único da história do país. Sabe-se que muito ainda há de se fazer. Os gargalos existentes em pontos fundamentais da estrutura produtiva da economia, por exemplo, devem ser removidos. A falta de investimentos registrados nas últimas décadas afetou sobremaneira a infra-estrutura do país e suas condicionantes para expansão da capacidade de produção limitaram-se na mesma proporção. Mas o país está mudando. O lançamento em 2007 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma amostra das atitudes do governo para melhorar as bases desse crescimento. Já estão projetados no estado mais de R\$ 550 milhões de recursos do governo federal (PAC) para os próximos 4 anos. Esses recursos serão destinados a obras de habitação, saneamento, abastecimento de água e infra-estrutura turística estimulando a economia local nos próximos anos. Alguns desses projetos já foram iniciados. Em setembro do presente ano foi assinado o contrato de construção da barragem do rio Poxim e das obras de esgotamento sanitário de Aracaju, dando início à retomada dos investimentos do governo do Estado em infra-estrutura e saneamento para a população de Sergipe.

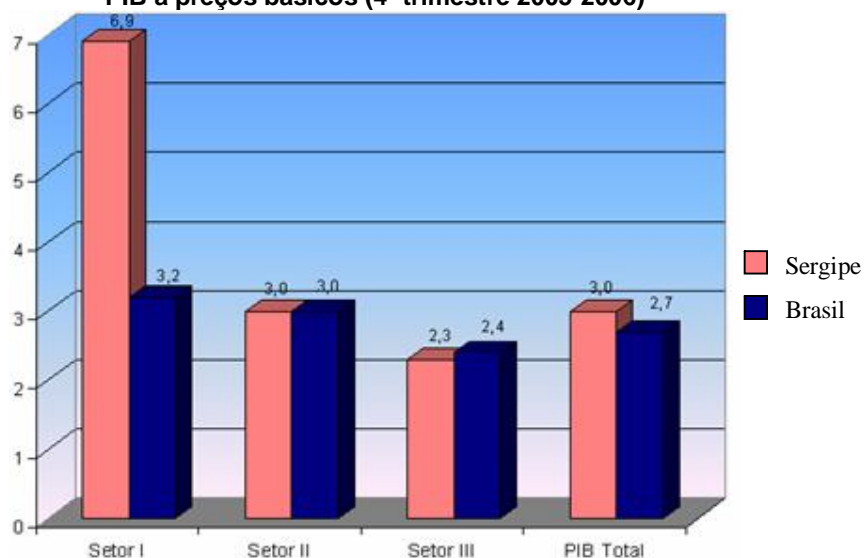
A união dos recursos do Estado aos recursos do governo federal permitirá a Sergipe determinar uma trajetória de crescimento ainda mais favorável. Esses são principais objetivos do governo: manutenção do crescimento econômico e a inclusão pelo direito e pela renda de grande parcela da população. Resta-nos então identificar a situação atual do estado e suas perspectivas econômicas e sociais, a fim de se estabelecer metas e definir as prioridades para os próximos anos.

A situação econômica do Estado de Sergipe

O crescimento do PIB Sergipano

Em uma análise recente da economia Sergipana, pôde-se observar o razoável desempenho do Estado. Registrou-se no quarto trimestre de 2006 um crescimento de 3,0% no PIB estadual, variação esta superior à média nacional (2,7%), (Gráfico 1).

Gráfico 1. Sergipe e Brasil – evolução % da taxa acumulada de crescimento do PIB a preços básicos (4º trimestre 2005-2006)



Fonte: IBGE; SEPLAN/SUPES; Elaboração CEPLAN.

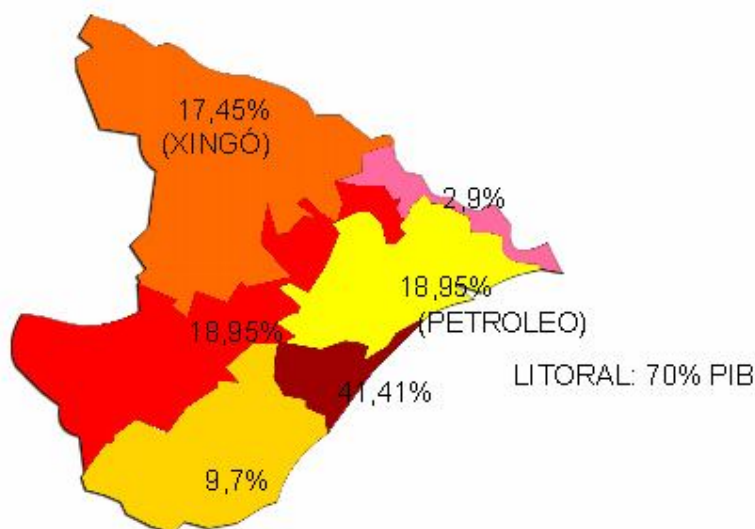
A tabela 1, abaixo, revela que ao longo do ano de 2006, o Produto Interno Bruto a preços básicos apresentou crescimento acumulado, em comparação com a mesma fase de 2005, de 3,6%, 3,5% e 3,4% nos três trimestres iniciais, fechando o quarto trimestre com a taxa de 3,0%. Esse desempenho do sistema econômico estadual, no ano, foi influenciado principalmente pelo comportamento dos setores agropecuário e industrial, que mostraram variações reais de 6,9% e 3,0%, contra a taxa de 2,3% registrada pelo setor de serviços.

Tabela 1. Taxa Trimestral, acumulada ao longo do ano, do PIB real total e setorial, a preço básico, em relação ao mesmo período do ano anterior – Dados preliminares 2006.

Setor de Atividade	Variação %			
	1º Trimestre 2006	2º Trimestre 2006	3º Trimestre 2006	4º Trimestre 2006
PIB Global	3,6	3,5	3,4	3,0
Agropecuária	0,5	3,3	5,2	6,9
Indústria	3,5	3,5	3,6	3,0
Serviços	3,3	3,0	2,6	2,3

Fonte: IBGE; SEPLAN/SUPES; Elaboração CEPLAN.

Um problema verificado na economia sergipana é a concentração da renda em termos espaciais, com cerca de 70% do PIB gerado na região litorânea, conforme mostrado no mapa abaixo:



O produto interno sergipano está fortemente concentrado na mesorregião Leste onde se situavam as duas microrregiões com maior participação na geração da riqueza estadual e também as mais industrializadas. A microrregião de Aracaju, com mais de 41% de todo o PIB estadual, é seguida, de longe, pelas microrregiões Sergipana do Sertão do São Francisco e de Estância, ambas com cerca de 16% e 10,3% respectivamente.¹

Na mesorregião do agreste, a microrregião de Itabaiana apresentava, em 2004, a maior participação no produto interno estadual, superando por pequena margem a microrregião de Lagarto.

No sertão sergipano, a microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco destacava-se não apenas por contar com o maior produto interno mas, também, pelo salto registrado entre 2000 e 2002, em razão da contabilização da produção da energia de Xingó, a partir de 2001. A microrregião passou de 4,1% para 16,0% do PIB sergipano, em decorrência da mudança contábil.

¹ Reitere-se que Aracaju detinha, em 2000, metade do PIB, tendo sido sua participação afetada pelo efeito estatístico da inclusão, a partir de 2001, da subestação de Xingó na computação do PIB regional, inclusive no municipal.

Um exame do PIB *per capita* regional, para 2000, tomando como referência a capital revela que apenas na mesorregião do leste observam-se níveis acima do PIB *per capita* do Estado.² As microrregiões do Leste Sergipano são aquelas que contam com forte presença das empresas estatais ou ex-estatais ou que sediavam importantes pólos industriais, como Baixo Cotinguiba e Japaratuba, no primeiro caso, e Estância e Aracaju, no segundo.³

No que tange à participação regional no produto interno setorial sergipano, a mesorregião Leste, com 40% do território estadual, respondia, em 2004, por cerca de 71% do produto industrial, 75% do setor de serviços e metade do produto agropecuário. Nos setores de serviço e indústria, a microrregião de Aracaju representava 50% e 36%, respectivamente.

No setor agropecuário, as microrregiões com maior peso no valor adicionado, em 2004, eram a Sergipana do Sertão do São Francisco, com 13,6%, a microrregião de Propriá, com 9,4%, o Agreste de Lagarto (9,1%) e a microrregião de Boquim e Estância, ambas com 8,9%.

A produção do setor industrial encontrava-se mais concentrada espacialmente do que a agropecuária, com as microrregiões de Aracaju e a Sergipana do Sertão de São Francisco respondendo por pouco mais de 60% do total. As microrregiões do Baixo Cotinguiba, 13,5%, Japaratuba, 9,7% e de Estância, 7,4%, também apresentavam peso significativo no produto industrial sergipano.

No setor de Serviços, fortemente concentrado na Grande Aracaju, despontavam ainda, em 2004, alguns pólos regionais representados pelas microrregiões de Itabaiana, Baixo Cotinguiba, Sergipana do Sertão do São Francisco, Estância, Boquim e Agreste de Lagarto.

Na composição setorial do Produto Interno Bruto das mesorregiões e microrregiões sergipanas é possível constatar que, em sua grande maioria, o setor terciário (incluindo a administração pública e os gastos previdenciários) respondia pela maior parcela, sugerindo o elevado peso do setor público, incluindo as transferências governamentais na formação da riqueza.

Para uma visão sumária e conclusiva sobre a participação das diferentes regiões do Estado no desenvolvimento recente da economia, alguns pontos importantes merecem destaque:

- i) em primeiro lugar, a constatação de uma forte concentração dos recursos, da atividade econômica e do dinamismo da economia estadual na mesorregião do Leste Sergipano. Com efeito essa mesorregião, que ocupava quase 40% do território, concentrava dois terços da população e detinha a maior densidade populacional (142,3% de pessoas/Km²) do Estado;
- ii) em segundo lugar, a concentração da atividade econômica se expressa numa forte gravitação do PIB também na mesorregião do Leste Sergipano. De fato, em 2004, quase 72% da renda era gerada pelas atividades localizadas nessa mesorregião, enquanto quatro de suas microrregiões (Baixo Cotinguiba, Estância, Japaratuba e Aracaju) eram as únicas, no Estado, com nível de renda *per capita* superior à média do Estado.;

² A escolha do ano de 2000 é óbvia: excluir o “efeito Xingo” que apareceria se fosse usado o ano de 2002.

³ Deve-se considerar que o indicador do PIB *per capita* municipal ou para as microrregiões é insuficiente para representar o grau de desenvolvimento ou de bem-estar, notadamente em uma economia como a sergipana em que a produção de petróleo e de energia elétrica inflaciona a riqueza medida, sem que haja igual absorção local em termos de renda internalizada. Na seção específica desse relatório em que são analisados os indicadores sociais, é possível inferir que os melhores índices de desenvolvimento humano não estão necessariamente associados aos maiores PIB *per capita*.

iii) em terceiro lugar, classificando-se o PIB por setor, para captar sua distribuição regional, percebe-se que a mesorregião do Leste Sergipano detinha, em 2004, mais de dois terços do produto industrial, três quartos do produto do setor de serviços e cerca de metade do produto agropecuário;

iv) em quarto lugar, cabe assinalar que, quanto à vocação agrícola regional, na mesorregional do Leste Sergipano predominavam as culturas permanentes com quase dois terços; no Agreste Sergipano, as culturas temporárias respondiam por cerca de três quartos do valor da produção das culturas em conjunto; e no Sertão Sergipano as culturas temporárias equivaliam a 97% do total;

v) em quinto lugar, em termos da distribuição regional dos efetivos, a pecuária bovina, pela importância da dimensão das terras agricultáveis que ocupa, encontrava-se disseminada de forma relativamente equilibrada entre as mesorregiões, em 2004, contando o Leste Sergipano com 38%, o Agreste com 34% e o Sertão com 28%. A avicultura, por sua vez, mais concentrada no Leste (51%) e no Agreste (31%) e no Sertão, com apenas 18%.

Frente a essa realidade o Governo do Estado busca alternativas para a diversificação e distribuição da riqueza para o interior do Estado a fim de disseminar os benefícios do crescimento econômico a todo Sergipe. Esse é o interesse do governo atual: implementar uma política econômica, articulada a uma política social, capaz de combater as desigualdades sociais com ações que propiciem a geração de emprego e renda de forma ampla e equilibrada.

Nesse sentido, a ação do governo deve ser voltada para programas que melhorem a distribuição de renda da população e reduzam as desigualdades territoriais. Cabe ao Estado, portanto, apresentar-se como planejador, regulador e indutor de políticas públicas que busquem a inclusão dos mais pobres nos mercados de trabalho e de consumo e o pleno exercício da cidadania.

3. Planejamento Estratégico da Administração “Sergipe, Governo de Todos”

O novo planejamento tem como premissa a participação popular no sentido de envolver todos os segmentos sociais dentro de uma nova visão de gestão democrática. Inaugura um modelo de governo que se baseia em ouvir os anseios da comunidade, dividindo com ela a definição de problemas e de prioridades para a tomada de decisões. É um novo momento de rico aprendizado no qual a sociedade civil organizada está sendo convocada pelo poder público para decidir sobre questões do seu interesse.

Para colocar em prática esse novo modelo de gestão, a Secretaria de Estado do Planejamento vem coordenando, neste exercício de 2007, a elaboração de importantes trabalhos, como: o Planejamento Estratégico de Sergipe, o Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo, além dos instrumentos de planejamento constitucionais (Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual - PPA e Lei Orçamentária Anual).

O Plano Estratégico

Elaborado com a participação dos órgãos do Poder Executivo Estadual, no período de fevereiro a abril deste ano de 2007, esse documento tem como base o Programa do Governo eleito e apresenta as orientações estratégicas

que nortearão as ações da atual Administração.

O documento traz, entre outras coisas, a Visão Estratégica do Governo, reproduzida abaixo de forma resumida:

a) Oportunidades a Serem Aproveitadas

- Estabilidade Macroeconômica;
- Investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Sergipe;
- Convergência Programática entre o Governo Federal e Estadual.

b) Dificuldades a Serem Enfrentadas

- Dificuldades Financeiras do Estado;
- Dificuldade de cumprimento dos limites de gasto com pessoal por parte do Poder Legislativo e do Ministério Público para a obtenção de financiamentos;
- Gerenciamento público ineficiente, com políticas públicas desarticuladas; quadro técnico insuficiente e desvalorizado e sistemas e base de dados sucateados e desintegrados;
- Resistência a mudanças e ao planejamento de longo prazo.

c) Valores que Guiam a Administração “Sergipe – Governo de Todos”

- Participação popular;
- Sustentabilidade do plano;
- Transparência, ética e prevalência do interesse público;
- Gestão pública de qualidade;
- Integração de políticas.

d) Missão da Administração “Sergipe – Governo de Todos”

Com base na ética, transparência e participação popular, promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, utilizando as potencialidades regionais como instrumento de superação das desigualdades.

e) Visão de Futuro

Ser reconhecida como uma gestão participativa, exitosa na garantia do acesso aos serviços públicos de qualidade, no apoio afirmativo às populações com necessidades diferenciadas e na promoção de um desenvolvimento sustentável que diminuiu as desigualdades regionais e reduziu a exclusão social.

f) Eixos de Combate às Desigualdades e suas Respectivas Diretrizes Estratégicas

- Inclusão pelo Direito

Diretrizes: Acesso Universal à Saúde; Acesso Universal ao Ensino Público de Qualidade; Segurança aos Cidadãos; Proteção e Inclusão Social, com ênfase à população mais vulnerável e minorias; Modernização, Democratização e Transparência da Gestão Pública.

- Inclusão pela Renda

Diretrizes: Reconstrução e Ampliação do Sistema Viário; Criação de Infraestrutura Ambiental e de Recursos Hídricos; Desenvolvimento Territorial Participativo Sustentável.

O Planejamento Estratégico, por reunir as linhas mestras da atual

Administração, apresenta-se como base para elaboração dos demais documentos de planejamento, bem como para gestão da ação pública estadual.

4. O Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo (PDTP)

O processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo iniciou-se em janeiro deste ano de 2007, estando ainda em andamento. Esse plano abrangerá um horizonte temporal de dez anos, constituindo-se num instrumento de planejamento de longo prazo. Está sendo construído de forma participativa e apresentará de forma lógica e organizada as diretrizes, os objetivos e as metas relativas às ações que garantirão o desenvolvimento sustentável do Estado.

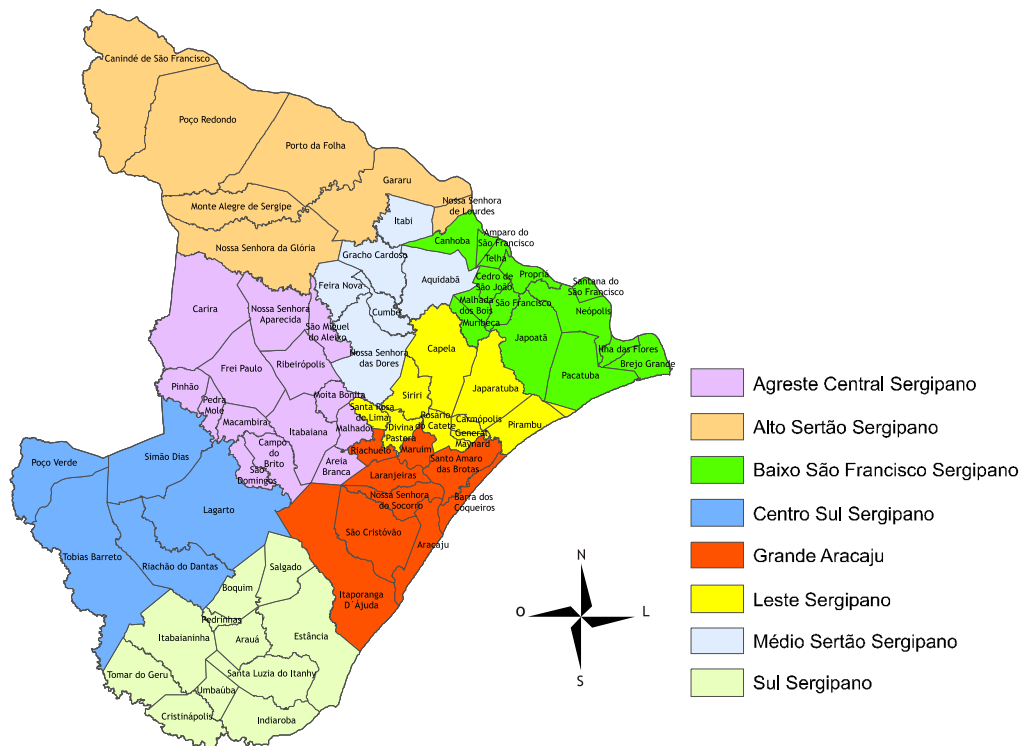
O principal objetivo do Plano é apontar o caminho para o desenvolvimento sustentável de Sergipe, em base territorial, assegurando a inclusão da população pelo direito e pela renda.

A Nova Divisão Territorial do Estado

O primeiro passo para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo foi a definição de uma nova divisão territorial para o Estado, que levasse em consideração as identidades do povo sergipano. Essa nova divisão territorial foi realizada em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O mapa e o quadro a seguir apresentam essa nova territorialização:

Mapa1. Nova Territorialidade de Sergipe



Quadro 6. Territórios de Planejamento

Cód. Território	Território de Planejamento	Municípios
TP 01	SUL SERGIPANO	Araúá
		Boquim
		Cristinápolis
		Estância
		Indiaroba
		Itabaianinha
		Pedrinhas
		Salgado
		Santa Luzia do Itanhi
		Tomar do Gerú
Umbaúba		
TP 02	CENTRO-SUL SERGIPANO	Lagarto
		Poço Verde
		Riachão do Dantas
		Simão Dias
		Tobias Barreto
TP 03	GRANDE ARACAJU	Aracaju
		Barra dos Coqueiros
		Itaporanga D'Ajuda
		Laranjeiras
		Maruim
		Nossa Senhora do Socorro
		Riachuelo
		São Cristóvão
		Santo Amaro das Brotas
		Capela
TP 04	LESTE SERGIPANO	Carmópolis
		Divina Pastora
		General Maynard
		Japaratuba
		Pirambu
		Rosário do Catete
		Santa Rosa de Lima
		Siriri
		Moita Bonita
		Nossa Senhora Aparecida
TP 05	AGRESTE CENTRAL SERGIPANO	Pedra Mole
		Pinhão
		Ribeirópolis
		São Domingos
		São Miguel do Aleixo
		Areia Branca
		Campo do Brito
		Carira
		Frei Paulo
		Itabaiana
		Macambira
		Malhador
		Amparo do São Francisco
		Brejo Grande
TP 06	BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO	Cedro de São João
		Ilha das Flores
		Japoatã
		Malhada dos Bois
		Muribeca
		Neópolis
		Pacatuba
		Própria
		Santana do São Francisco
		São Francisco
		Telha
		Canhoba
		Aquidabã
		TP 07
Feira Nova		
Graccho Cardoso		
Itabi		
Nossa Senhora das Dores		
TP 08	ALTO SERTÃO SERGIPANO	Canindé do São Francisco
		Gararu
		Monte Alegre de Sergipe
		Nossa Senhora da Glória
		Nossa Senhora de Lourdes
		Poço Redondo
Porto da Folha		

Assim, o Decreto nº 24.338, de 20 de abril de 2007 instituiu os Territórios de Planejamento que servirão de base para a promoção do desenvolvimento equânime entre as diversas regiões do Estado. A assinatura do referido Decreto ocorreu em Ato Público e contou com a participação de vários Prefeitos Municipais que, durante o evento, aderiram ao processo do planejamento territorial participativo.

O PDTP e a participação popular

O PDTP vem sendo elaborado a partir da participação democrática da sociedade e do engajamento de toda a Administração Pública Estadual. Efetivamente, a participação social ocorre durante todo o processo. Nos termos do Decreto que instituiu o processo do planejamento, a consulta popular foi realizada em três instâncias: Conferências Municipais; Conferências Territoriais; Conferência Estadual.

✓ Conferências Municipais

As Conferências Municipais ocorreram nos 75 municípios de Sergipe, sendo a maioria delas realizadas no mês de junho e apenas as dos 9 municípios da Grande Aracaju em julho do presente ano. Durante as Conferências Municipais foram eleitos delegados (titulares e suplentes), totalizando 10 titulares e 10 suplentes, para participarem das Conferências Territoriais. Houve nesse processo uma participação expressiva de 17.947 pessoas, com a escolha de 900 delegados e apresentação de 8.671 de demandas, das quais 5.212 de abrangência municipal, 1.271 de abrangência territorial e 2.188 de abrangência estadual.

No intuito de dar ciência às Secretarias de Estado das demandas originadas nas Conferências Municipais, procedeu-se o envio dos relatórios destas Conferências às Secretarias afins às áreas temáticas, acompanhados de planilhas para ser feita análises das demandas, com vistas a apreciação nas Conferências Territoriais.

✓ Conferências Territoriais

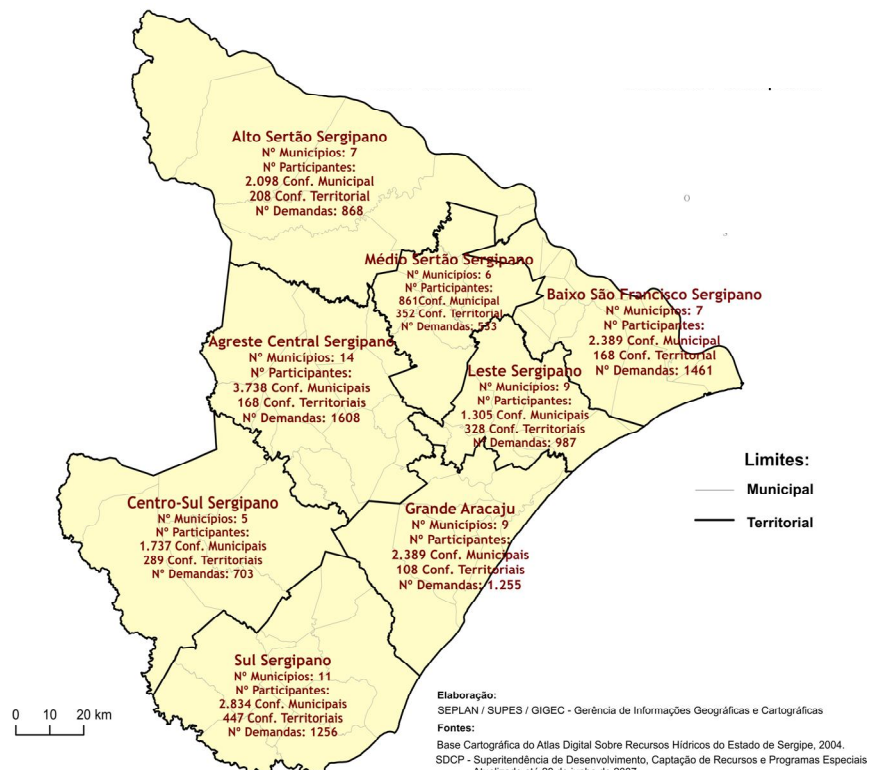
As Conferências Territoriais ocorreram nos oito territórios de Sergipe, durante o mês de julho de 2007, tendo como objetivo consolidar e validar as demandas oriundas das Conferências Municipais, que tivessem abrangência territorial.

A Conferência Territorial adotou a mesma sistemática de discussão em 10 grupos temáticos, adotada na municipal, contando com um mediador e um relator da SEPLAN. No interior de cada grupo temático foram apreciadas as propostas vindas de cada município, com vistas a um consenso de qual seria a melhor alternativa para o território, e, em última instância, procedia-se a escolha por votação. No período da tarde, na plenária ampliada, as propostas dos grupos temáticos foram submetidas à apreciação dos delegados, obtendo-se assim, para cada grupo temático, as demandas do Território.

Os relatórios obtidos de cada uma das Conferências Territoriais, para cada uma das áreas temáticas, foram encaminhados às diversas Secretarias e órgãos vinculados com vistas a Conferência Estadual.

O mapa 2 apresenta uma síntese da participação dos territórios nas conferências municipais e territoriais:

Mapa 2. Conferências Municipais e Territoriais do PDTP em números.



✓ Conferências Estadual

A Conferência Estadual, evento que finalizou a primeira etapa do processo de participação da sociedade no PDTP, realizou-se nos dias 9 e 10 de setembro de 2007, no Centro de Convenções de Sergipe, contando com a participação de 1.431 pessoas, dos quais 771 delegados.

A Conferência Estadual teve como objetivo oportunizar um espaço para que as Secretarias de Estado, bem como seus órgãos vinculados, apresentassem as demandas que deverão ser atendidas pelas ações e programas de governo, baseadas nos relatórios das Conferências Territoriais, consorciado com o Plano Estratégico de cada Secretaria. Da mesma forma que nas Conferências Territoriais, a Conferência Estadual adotou a sistemática da discussão em grupos temáticos, contando com dois mediadores e um relator da SEPLAN por grupo. Os temas selecionados para a formação dos grupos atenderam às diretrizes estratégicas do governo: Inclusão pelo Direito e Inclusão pela Renda.

Assim, a Conferência Estadual configurou-se num espaço de convergência política para a definição das ações e dos investimentos, a partir

da consolidação das propostas oriundas da mobilização e participação popular, com vistas à integração dessas políticas e elaboração pelo Governo do Plano Plurianual 2008/2011, dos Orçamentos Anuais e do PDTP – 2008/2017.

“Kit Território”: Ações Essenciais para o Território

A análise das demandas identificadas pelos Delegados nos 8 territórios permitiu concluir que uma série de ações e de investimentos são necessários para a inclusão pelo direito e pela renda, da população sergipana. O “Kit Território” reflete as necessidades dos Territórios (oportunidades) de investimentos, equipamentos, tecnologias e serviços que deverão ser priorizados pelo Governo Estadual. O Quadro seguinte apresenta um elenco de ações/atividades que deverão ser implementadas como forma de balizar o desenvolvimento equilibrado em todos os territórios. Reconhece-se que em alguns territórios, as ações poderão ser implementadas mais rapidamente pela existência de fatores que facilitem a sua execução.

Pretende-se, com este Kit Território, que as necessidades levantadas se configurem como oportunidades para organismos internacionais, órgãos federais e outros parceiros, para que, junto com o governo estadual e com os municípios, sejam desencadeados os processos que assegurem a exequibilidade de todos os componentes básicos, das ações e de sua efetividade nos próximos 4 anos, refletindo não apenas no desenvolvimento de ações produtivas que gerem emprego e renda, mas, sobretudo, na melhoria da qualidade de vida dos sergipanos.

O Quadro 7 apresenta a relação das demandas identificadas como essenciais no âmbito de cada Diretriz Estratégica.

Quadro 7. Kit Território – Demandas essenciais por diretriz estratégica

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: INCLUSÃO PELO DIREITO	
1. Acesso Universal à SAÚDE	Hospital territorial Farmácia popular SAMU Aquisição de equipamentos de baixa e média complexidade Ampliação do sistema de abastecimento de água. Ampliação do sistema de esgotamento sanitário
2. Acesso Universal ao ENSINO PÚBLICO de Qualidade	Escola profissionalizante Biblioteca Centro poliesportivo Transporte escolar
3. SEGURANÇA aos Cidadãos	Centro Integrado de Segurança Pública Centro de Recuperação de menores Polícia Comunitária
4. Proteção e INCLUSÃO SOCIAL com ênfase a População mais Vulnerável e Minorias	CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) Casa Nova/Vida Nova (Erradicação das casas de taipa; Construção de casas populares) Fábrica de pré-moldados para habitação Luz para todos Abrigos para crianças e adolescentes

5. Modernização, Democratização e Transparência da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CEAC (Centro de Atendimento ao Cidadão): - Ponto de serviços públicos ao cidadão (Ouvidoria territorial) - Modernização da administração pública técnica e gerencial - Portal de serviços e informações(Transparência) Programa de Inclusão Digital
DIRETRIZ ESTRATÉGICA: INCLUSÃO PELA RENDA	
1. Reconstrução e Ampliação do SISTEMA VIÁRIO	Patrolha mecanizada territorial
2. Criação de INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL	Aterro Sanitário Estação de Tratamento de Esgoto Projetos pilotos de recuperação de micro bacias hidrográficas Capacitação de gestores municipais em gestão ambiental
3. Desenvolvimento Territorial Participativo Sustentável	Distritos Industriais CVT - Centro de Vocações Tecnológicas Arranjos produtivos locais Matadouro Frigorífico territorial Centro de Comercialização Núcleo de Regularização fundiária Reabilitação de Perímetro Irrigado Casa da Cultura Feiras de artesanato itinerantes Distritos Turísticos

Integração dos Diversos Instrumentos de Planejamento

O Planejamento Estratégico e o Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo constituem-se nas bases para a elaboração do PPA 2008-2011.

O Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo, por ser um Plano de longo prazo, aponta a direção por onde o PPA e o Orçamento devem seguir. Ou seja, o PPA 2008-2011 deverá conter as ações prioritárias do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo passíveis de serem realizadas num horizonte de 04 (quatro) anos, e o Orçamento, as ações que serão executadas em cada ano.

5. O PPA 2008-2011

O Planejamento Estratégico da Administração “Sergipe de Todos” é a base para elaboração do PPA 2008-2011. Assim, a grande meta mobilizadora deste Plano é o desenvolvimento sustentável, com combate às desigualdades.

Essa meta será alcançada mediante a organização das ações de governo em dois eixos: a inclusão pelo direito e a inclusão pela renda. A inclusão pelo direito significa universalização dos serviços públicos de saúde, educação, segurança, moradia, cultura, esporte, etc., com a melhoria da qualidade desses serviços. Significa dar oportunidades iguais a todos os sergipanos, independente de sua condição de nascimento, a usufruir de todo o potencial humano e de cidadania. A inclusão pela renda significa gerar

oportunidades para todos. O Estado deve induzir o crescimento econômico, mas também promover o compartilhamento da riqueza gerada, de modo que todos possam beneficiar-se dos avanços alcançados, ou seja, combatendo as desigualdades sociais. Nesse sentido, o Estado deve realizar ações que propiciem a geração de emprego e renda de forma ampla e equilibrada, que melhorem o perfil da distribuição dessa renda, reduza as diferenças territoriais e combatam a concentração de terras, poder e oportunidades.

A partir dos dois eixos de combate às desigualdades foram definidas 08 (oito) diretrizes estratégicas, com seus respectivos desafios, conforme abaixo:

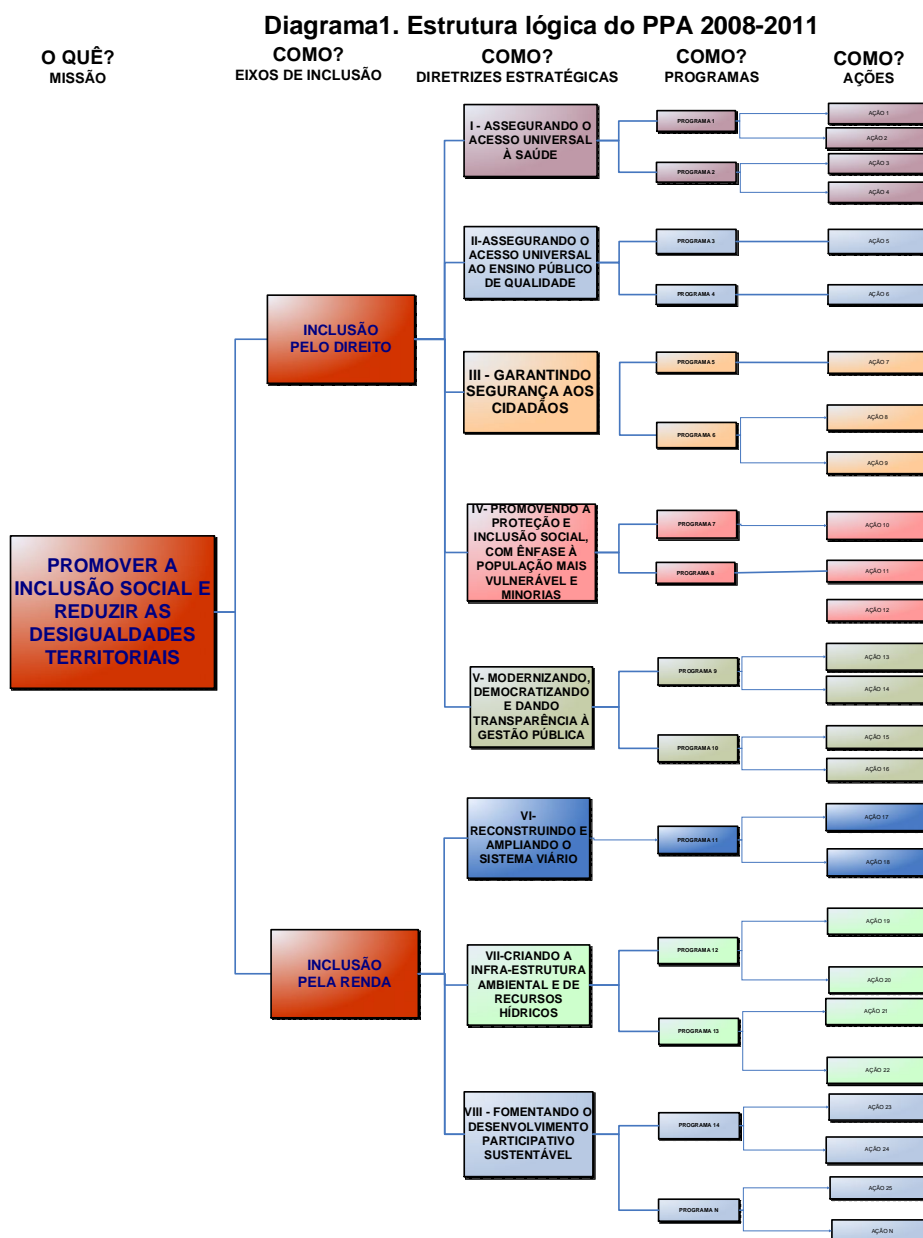
Quadro 8: Diretrizes estratégicas do Estado de Sergipe

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1: ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE	Organização da Atenção à Saúde
	Universalização dos Serviços de Saneamento Básico
	Organização do Sistema Estadual de Saúde
DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2: ACESSO UNIVERSAL AO ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE	Melhoria da Qualidade do Ensino Básico
	Educação Profissional
	Educando Jovens e Adultos
	Programa de Educação Especial
DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3: SEGURANÇA AOS CIDADÃOS	Combate à Criminalidade
	Descentralização do Sistema Estadual de Segurança Pública
	Segurança no Trânsito
	Segurança Cidadã
	Reestruturação do Sistema Penitenciário Estadual
DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4: PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL, COM ÊNFASE À POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL E MINORIAS	Assistência Cidadã
	Reestruturação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
	Segurança Alimentar e Nutricional
	Casa Nova Vida Nova
	Serviço de proteção social
	Inclusão Produtiva de Famílias e Grupos em situação de risco social
	Sistema Preventivo
	Sistema Protetivo
	Sistema Sócio-educativo
	Promoção de Igualdade no mercado de trabalho
DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5: MODERNIZAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA	Comunicação Governamental
	Reformulação dos instrumentos de planejamento do governo estadual
	Modernização da Gestão Fiscal
	Modernização da Administração Pública Estadual
	Valorização do Servidor Público
DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO	Construção e Manutenção das Rodovias Estaduais
DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7: CRIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA AMBIENTAL DE RECURSOS HÍDRICOS	Educação Ambiental
	Construção e Recuperação de Infra-estrutura para o Saneamento Ambiental
	Gestão e proteção ambiental e de recursos hídricos
DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO SUSTENTÁVEL	Desenvolvimento Territorial Sustentável
	Agricultura Irrigada
	Fortalecimento de Cadeias Produtivas Agropecuárias
	Agricultura Familiar
	Sergipe Competitivo
	Sergipe Inovador
	Luz Para Todos
	Competitividade do Turismo
	Formação de Capital Social
	Desenvolvimento da política estadual de transportes

Os programas de governo que compõem o PPA foram elaborados para ajudar a atingir as diretrizes estratégicas. Cada programa está vinculado a uma diretriz. Cada ação (projeto ou atividade) faz parte de um programa de governo.

Assim, a ordem lógica que estrutura o PPA 2008-2011 pode ser apresentada da seguinte forma: a execução de cada ação ajuda a atingir o objetivo do programa a que pertence; a execução de todos os programas ajuda a atingir os objetivos da diretriz estratégica a que está vinculada; atingindo-se todas as diretrizes estratégicas será conseguida a inclusão pelo direito e a inclusão pela renda, que são os dois grandes eixos de combate às desigualdades. Assim, a execução das ações do PPA possibilitará atingir o grande objetivo do Governo que é o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

O diagrama de árvore abaixo apresenta melhor a estrutura lógica do PPA 2008-2011:



É importante destacar que o elemento central, que organiza o PPA 2008-2011, é o programa. Os programas, por sua vez, funcionarão como unidades de integração entre o planejamento e o orçamento ao estabelecerem uma linguagem comum para as atividades de elaboração, revisão e avaliação do Plano Plurianual, para a definição de prioridades e metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para a elaboração dos Orçamentos Anuais e para a programação orçamentária e financeira.

O êxito na execução de um programa será medido por meio da evolução de seus indicadores, permitindo assim, a avaliação da atuação governamental em todos os segmentos da sociedade. O fato de todas as ações de Governo estarem ligadas a programas garante maior eficácia à gestão pública.

6. A situação Fiscal do Estado

Segundo o Relatório da Secretaria do Estado da Fazenda sobre a situação fiscal de Sergipe, referente a período que se entendeu de janeiro a junho de 2007, foi verificado um Superávit Financeiro de R\$ 5.998.321 (Cinco milhões novecentos e noventa e oito mil e trezentos e vinte e um reais). Para efeito de comparação com o mesmo período do ano anterior constata-se uma variação de 132,8%, tendo em vista o Estado ter apresentado um déficit financeiro de R\$18.275.924 (dezoito milhões duzentos e setenta e cinco mil novecentos e vinte e quatro reais), entre janeiro e julho de 2006.

Esse importante resultado alcançado pela gestão atual, deu-se principalmente pelo aumento do superávit primário de 422,5%, redução da despesa de custeio de 30%, aumento das transferências para os municípios de 12%, redução em 70% com as despesas relativas à contratação de consultorias do estado, redução de passagens e despesas de locomoção em 68%, redução das diárias em 38%, diminuição em 19% das despesas com material de consumo, assim como o incremento das receitas correntes em 6,9% e das principais receitas tributárias como, por exemplo: ICMS, IPVA E ITCMD com crescimento de 10%, 33% e 42% respectivamente.

O governo do estado também adotou medidas restritivas de gastos públicos, houve uma adequação das despesas de pessoal de todos os Poderes e Órgãos do Estado aos limites estabelecidos pelo LRF, regularização das pendências acompanhadas pelo STN, por meio do CAUC-SIAFI e renegociação e adequação das finanças do Estado ao programa de ajustes fiscais. Todas essas medidas contribuíram para melhoria a situação fiscal de Sergipe, permitindo com isso que recursos, principalmente federais, que estavam emperrados por problemas de certidões da Receita Federal e Ministério da fazenda, pudessem começar a entrar no estado.

O ICMS e o FPE continuam sendo as principais fontes de arrecadação do Estado, e representam juntos aproximadamente 75,1% do total da Receita Arrecadada. O ICMS apresentou um crescimento de janeiro até julho de 2007 da ordem de 21,5% e o FPE de 3,1%, se comparado ao mesmo período do ano anterior. No mesmo período considerado o ICMS respondeu por 93,9% da Receita Tributária Arrecadada pelo Estado. A receita tributária do Estado, no entanto, representou somente 37,0% do total da Receita Arrecadada para o mesmo período. O FPE correspondeu a 89,6% das Transferências Correntes no período.

7. Monitoramento dos Resultados e Ações Corretivas

Feito nos primeiros nove meses de mandato e, em seguida, enviado à apreciação da Assembléia Legislativa, o Plano Plurianual conclui sua vigência no primeiro exercício do mandato seguinte. A grande velocidade com que evoluem os cenários estadual, nacional e internacional e o dinamismo imposto à administração são capazes de tornar obsoleto, em curto espaço de tempo, um plano que se propõe ao cumprimento de metas em quatro anos.

Além de garantir o realinhamento das ações de Governo a uma nova realidade, as revisões anuais do Plano terão por objetivo incorporar os ajustes necessários em função do aprofundamento do diálogo com a sociedade, via Conselhos de Desenvolvimento Territoriais, da avaliação sistemática dos programas e do aprofundamento do estudo sobre os problemas da sociedade.

A base desse monitoramento está pautado no modelo de controle PDCA (do inglês *Plan, Do, Check and Action*, ou seja Planejar, Fazer, Checar e Agir). Isto significa que todos os programas deverão seguir essa diretriz. Deve-se inicialmente definir em cada programa, o objetivo, as metas e o método de sua execução (Plan), partindo-se então para o treinamento dos atores responsáveis e a implantação do mesmo (Do). Implementado o programa a checagem (Check) torna-se item fundamental para sua perfeita execução. Em se identificando erros ou possibilidades de melhorias, o programa passará por uma etapa de Ação Corretiva (Action) que servirá para aperfeiçoar a estratégia do referido programa.

8. O PPA em grandes números

Comparação do PPA Governo Federal com PPA Governo de Sergipe

O Brasil tem avançado, nos últimos anos, no que se refere ao planejamento da ação do governo, de modo a organizar seus esforços rumo a objetivos de longo prazo, considerar os impactos futuros da ação presente, buscar integrar a visão do território na estratégia de desenvolvimento, incluir a participação da sociedade na definição e no acompanhamento do planejamento nacional bem como implementar um modelo de gestão por resultados.

Com base nisso, o governo federal tem orientado seu PPA nos seguintes princípios:

- Convergência Territorial: orientação da alocação dos investimentos públicos e privados com vistas a uma organização do território mais equilibrada;
- Integração de políticas e programas: PPA como instrumento integrador das políticas do Governo Federal (PAC, PDE, Agenda Social);
- Gestão estratégica dos projetos e programas considerados indutores do desenvolvimento para assegurar o alcance dos resultados pretendidos;
- Monitoramento, avaliação e revisão contínua dos projetos e programas de Governo, criando condições para a melhoria da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos;

- Transparência na aplicação dos recursos públicos, mediante ampla divulgação dos gastos e dos resultados obtidos;
- Participação social no acompanhamento do ciclo de gestão do Plano Plurianual como importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão para aperfeiçoamento das políticas públicas.

Partindo-se desses princípios percebe-se que há uma grande afinidade entre o PPA Federal e o PPA de Sergipe. Na elaboração do PPA em Sergipe forma observados os seguintes princípios norteadores:

- Racionalização na aplicação dos gastos públicos, evitando superposições de programas e adotando uma adequada integração entre eles, principalmente os multissetoriais, visando ao atendimento dos objetivos de Governo;
- Estabelecimento de parcerias com a União, estados, municípios e iniciativa privada, como forma de ampliar a disponibilidade de recursos para fazer frente às demandas da sociedade;
- Monitoramento e avaliação periódica da execução das políticas públicas, para que se possa, com as informações geradas, elevar a capacidade gerencial do processo decisório e, assim, possibilitar a administração dos instrumentos que permitam não só validar as estratégias de ação até então adotadas, mas, também, verificar se há necessidade de implementar medidas que restabeleçam rumos ou, mesmo, criar novos caminhos que garantam a concretização dos objetivos pretendidos;
- Incorporação da dimensão territorial no estabelecimento das ações que comporão o PPA, tendo em vista que a visão territorial põe a descoberto as várias potencialidades e desafios a enfrentar em busca da redução das desigualdades sócio-econômicas e espaciais, com sustentabilidade;
- Transparência na condução da coisa pública, através de ampla divulgação dos gastos e dos resultados obtidos;
- Participação Social do conjunto da sociedade na elaboração e gestão do PPA, tendo em vista que essa participação é uma peça-chave para a legitimação e o enriquecimento permanente do planejamento e da gestão de qualquer governo.

Todos esses princípios, tanto do governo federal como do governo estadual, tem como principal objetivo avançar no desenvolvimento econômico e social do país e do Estado. A viabilidade desse objetivo, no entanto, está pautada numa série de ações e programas desenvolvidos pelos governos através do PPA.

Ainda nesse comparativo das ações do governo federal ao governo do estado, observamos que do total de programas dos PPA's, a maior parte está voltada a programas finalísticos (quadro 9).

Quadro 9. Comparação do total de programas e ações dos PPA's

	Gov. Federal	SE
Programas Finalísticos	215 (70%)	74 (83%)
Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	91 (30%)	15 (17%)
Total	306	89

Cada um desses programas é composto por um conjunto de ações orçamentárias e não-orçamentárias. Do total de 1147 ações realizadas pelo Estado de Sergipe 98% serão de cunho orçamentário enquanto que 2% não-orçamentário. (quadro 10)

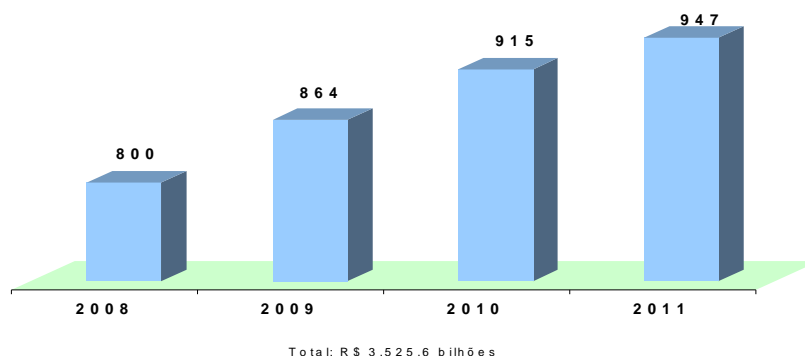
Quadro 10. Comparação do total de programas e ações por tipo de ação

Tipo de Ação		Gov. Federal	SE
Orçamentária	Projetos	1436 (28%)	763 (67%)
	Atividades	2798 (55%)	360 (31%)
	Operações Especiais	471 (9%)	—
Não-orçamentária		376 (7%)	24 (2%)
Total Geral		5.081	1.147

Alguns números comparativos do PPA do Governo Federal e do Governo de Sergipe

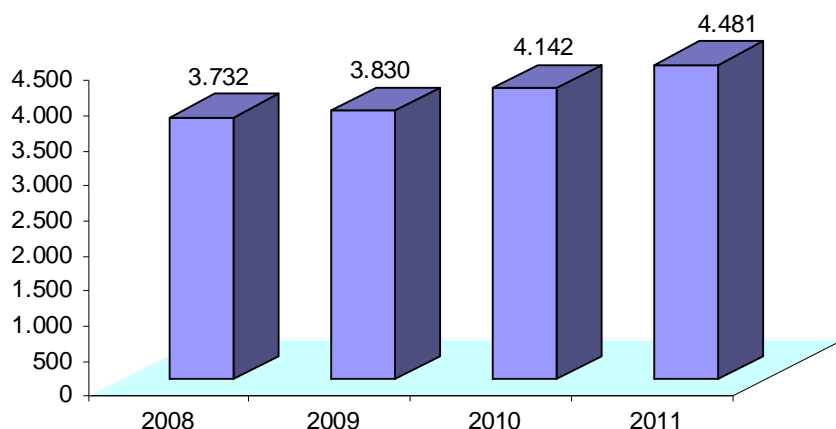
Os objetivos de Governo, as políticas e os programas previstos no PPA 2008-2011 traduzem-se na alocação de recursos. Nos quatro anos do PPA federal estão previstos dispêndios da ordem de R\$ 3.525,6 bilhões. O gráfico abaixo apresenta a previsão de dispêndios do PPA Brasil.

Gráfico 2: Total de Recursos Alocados PPA Federal 2008-2011



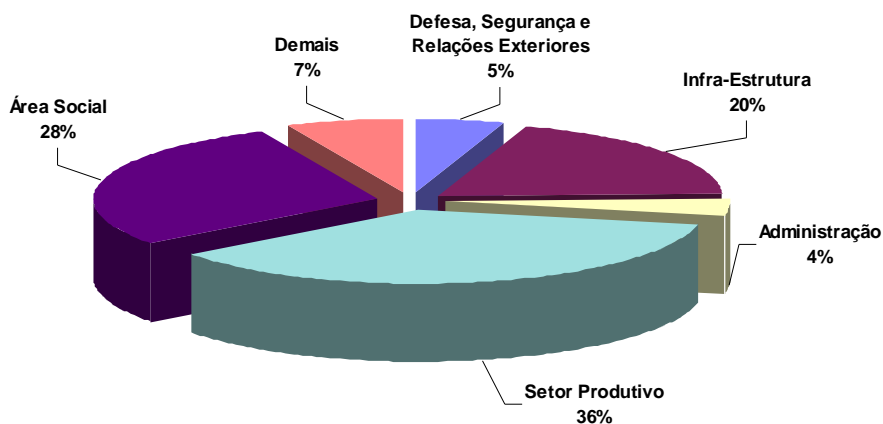
Em Sergipe, a previsão de gastos totais é da ordem de R\$ 16.475,73 milhões, incluindo valores orçamentários e não orçamentários. Em valores orçamentários, os gastos totais, ano a ano, podem ser visualizados no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Valores Orçamentário PPA Sergipe 2008-2011
(R\$ Milhões)



Todos esses dispêndios podem ser analisados pela alocação por grandes áreas. Por essa ótica, destaca-se, no âmbito do governo federal, os recursos destinados para a Previdência Social, equivalentes a R\$1.168,5 bilhão (33,1% do total). Sem considerar os recursos destinados à previdência podemos observar que a maior parte dos recursos está destinada ao Setor Produtivo (36% do total), à Área Social (28% do total) e Infra-Estrutura (20% do total). (Gráfico 4)

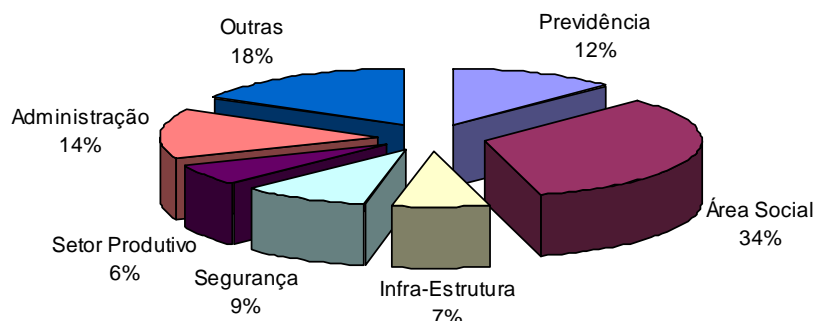
Gráfico 4: Distribuição dos Recursos Totais por Grandes Áreas (Exceto Previdência) - Governo Federal



Previdência: R\$ 1,17 trilhão
Total de Recursos: R\$ 3,526 trilhões

Em Sergipe, a previsão de gastos por grandes áreas difere um pouco da esfera federal. A maior parte dos recursos do PPA Sergipe está direcionada à área social - com 34% do total dos gastos previstos, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5: Distribuição dos Recursos Totais por Grandes Áreas - Governo de Sergipe

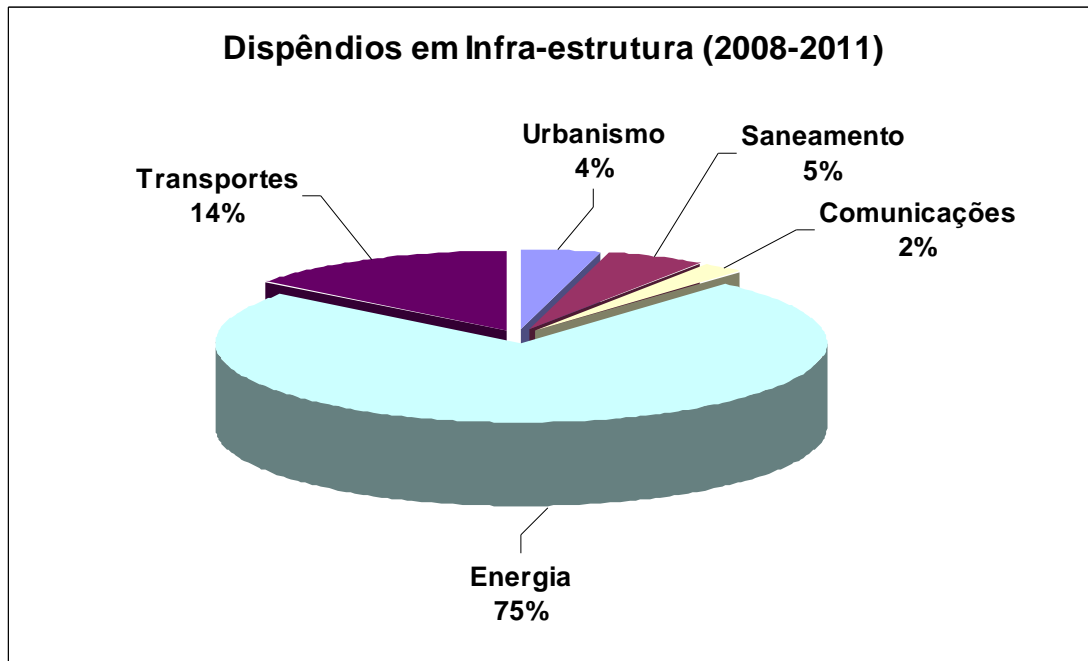


GASTOS POR GRUPOS

Previdência	2.053.654.500,68
Área Social	5.494.330.551,17
Infra-Estrutura	1.188.817.724,41
Segurança	1.559.836.269,00
Setor Produtivo	1.072.787.271,41
Administração	2.303.730.184,86
Outras	2.802.575.117,75
TOTAL	16.475.731.619,28

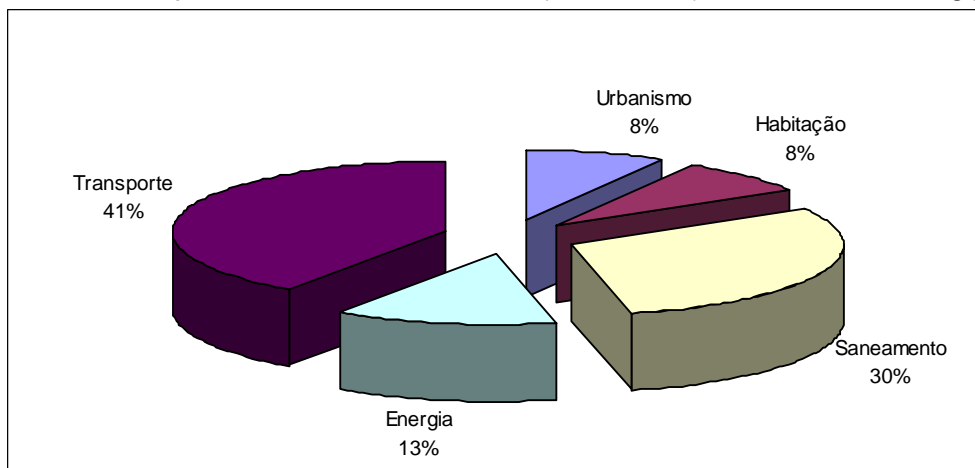
No que se refere aos recursos destinados à infra-estrutura em geral (infra-estrutura econômica e social), destacam-se, para o governo federal, os montantes destinados à Energia (75% do total) e transportes (14%).

Gráfico 6: Dispendios em Infra-Estrutura (2008-2011) – Governo Federal



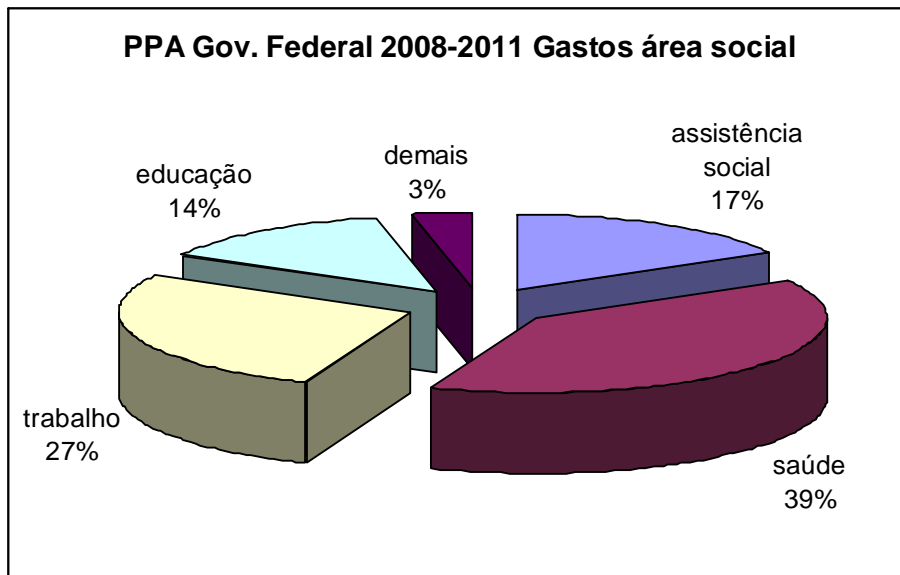
Em Sergipe, serão dispendidos cerca de R\$ 1.203 bilhões em infraestrutura econômica e social. A maior parte desses recursos está alocada para área de transporte (39,45%) seguido de saneamento básico e energia (30% e 13% respectivamente).

Gráfico 7: Dispendios em Infra-Estrutura (2008-2011) – Governo de Sergipe



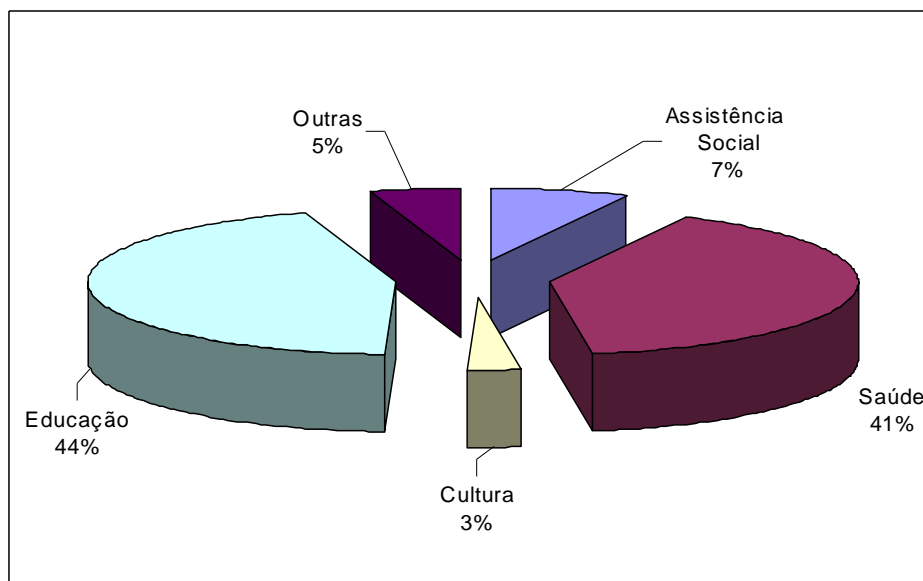
Na área social, o governo federal pretende gastar R\$540,3 bilhões, sendo sua maior parte para o setor de saúde (39%), seguido da área de trabalho (27%) e assistência social (17%). Os gastos em educação compreendem 14% do total destinado à área social.

Gráfico 8: Dispendios na Área Social (2008-2011) – Governo Federal



No Estado pretende-se alocar a maior parte dos recursos no essencial para a sociedade, ou seja, educação (44%), saúde (41%) primordiais para o desenvolvimento social.

Gráfico 9: Dispendios na Área Social (2008-2011) – Governo de Sergipe



Finalmente pode-se avaliar a alocação dos recursos por funções. Sob esta ótica destaca-se, no governo federal, o montante de recursos destinados à Previdência social (R\$1.186,5 bilhões; 33,1% do total). Uma outra função com grande quantidade de recursos previstos é a de Comércio e Serviços, com previsão de R\$686,5 bilhões (19,48%). Também se prevê grande montante de recursos para energia (R\$288,5 bilhões) e saúde (R\$217,93 bilhões).

Em Sergipe, os gastos do PPA para o período 2008-2011, estão distribuídos de forma mais equilibrada. Do total de recursos previstos, espera-

se destinar 13,98% para a administração, 14,55% para educação, 12,46% para previdência social e cerca de 13,24% para saúde. Os gastos do PPA, detalhado por funções são apresentados no quadro abaixo.

Quadro 11: Gastos do PPA Sergipe 2088-2011 por funções

GASTOS POR FUNÇÃO		
Função	Valor no PPA	Percentual
LEGISLATIVA	899.713.671,16	5,46
JUDICIÁRIA	1.067.857.783,05	6,48
ESSENCIAL À JUSTIÇA	376.304.520,00	2,28
ADMINISTRAÇÃO	2.303.730.184,86	13,98
SEGURANÇA PÚBLICA	1.559.836.269,00	9,47
ASSISTÊNCIA SOCIAL	385.901.670,29	2,34
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.053.654.500,68	12,46
SAÚDE	2.181.775.710,00	13,24
TRABALHO	44.251.669,00	0,27
EDUCAÇÃO	2.397.989.087,00	14,55
CULTURA	151.095.503,00	0,92
DIREITOS DA CIDADANIA	216.132.873,88	1,31
URBANISMO	99.531.341,00	0,60
HABITAÇÃO	96.482.496,35	0,59
SANEAMENTO	356.162.964,48	2,16
GESTÃO AMBIENTAL	264.600.716,00	1,61
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	138.842.386,54	0,84
AGRICULTURA	797.029.374,87	4,84
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	99.201.545,00	0,60
INDÚSTRIA	141.495.269,56	0,86
COMÉRCIO E SERVIÇOS	134.262.626,98	0,81
COMUNICAÇÕES	55.256.041,00	0,34
ENERGIA	156.215.050,60	0,95
TRANSPORTE	480.425.871,98	2,92
DESPORTO E LAZER	17.982.493,00	0,11
TOTAL	16.475.731.619,28	100,00

Com esta distribuição dos gastos, espera-se, ao longo dos quatro anos de vigência do PPA, alcançar os grandes objetivos do governo, quais sejam: o desenvolvimento econômico, com a inclusão pelo direito e pela renda, que são os grandes eixos deste governo.

**SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO**



SERGIPE
GOVERNO DE TODOS